2021 BOLETIM INFORMATIVO

AGDP

Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos

www.agdp.org.br

/agdpassociacao

DESTAQUES

1 Estado de Goiás chama atenção pela instalação tardia da Defensoria Pública

2 Anadep e Ipea lançam 2° Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil

3 Associados da AGDP são eleitos para integrar COMPIR.

4 Presidente da AGDP participa de reunião para discutir MP 1045

Goiás é o segundo pior estado brasileiro em número de defensores públicos por habitante

No Ranking dos piores estados na relação entre população de baixa renda por defensor(a) público(a), o Estado de Goiás está em segundo lugar – 1 defensor(a) público(a) para atender cada grupo de 69.788 mil pessoas – e perde somente para o Estado do Paraná, que tem 1 defensor(a) público(a) para atender cada grupo de 84.816 mil pessoas. É o que aponta a publicação produzida pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O documento levanta os principais dados relacionados às Defensorias Públicas dos estados e distrital, como: número de defensoras e defensores públicos, estimativa de público-alvo, déficit da categoria e principais áreas de atuação. Os dados foram coletados entre 2019 e 2020.

O Estado de Goiás chama atenção pela instalação tardia da Defensoria Pública, que só teve defensoras e defensores públicos empossados e nomeados em 2015, e pelo baixo número de defensores(as) públicos(as) em relação à população. Conforme determinação do Ministério da Justiça, o ideal é um(a) defensor(a) público(a) para atender cada 15 mil pessoas em situações de vulnerabilidade. Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Norte também estão no ranking dos piores estados na relação entre quantidade de defensores(as) e população vulnerável.

O déficit no número de defensores(as) em Goiás afronta diretamente a Emenda Constitucional 80/2014, que visa preencher, até 2022, todas as comarcas do país de defensoras e defensores públicos. Conforme o texto da matéria, o número de profissionais deverá ser proporcional à demanda da população e a prioridade para ocupação dos cargos deverá ser as regiões com maiores índices de exclusão social.

“Na grande maioria das comarcas brasileiras, a população conta apenas com juízes e promotores, mas não conta com defensoras e defensores em igual proporção para a promoção de seus direitos fundamentais”, afirma o Dr. Allan Montoni Joos, Defensor Público do Estado de Goiás e presidente da Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos (AGDP). Conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) há, atualmente, 12.349 magistrados(as) atuando na esfera estadual. O número de procuradores(as) e promotores(as) que atuam na esfera estadual chega a 10,5 mil. Já o número de defensoras e defensores estaduais e distrital é de 6.235.

A desproporcionalidade é ainda mais evidenciada na quantidade de comarcas providas por defensores(as) no Estado de Goiás. Do total de 122, apenas 5 comarcas goianas possuem atendimento da DPE-GO: Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Inhumas e Anápolis. Atualmente a instituição goiana tem apenas 83 membros(as) de carreira para realizar, em média, 14 milhões de atendimentos por ano nas áreas civil, criminal, família e sucessões, saúde, infância e juventude.

Conscientização da população é a melhor solução

Apesar da discrepância dos números, a AGDP demonstra perseverança diante da luta pela ampliação da DPE-GO para o interior goiano. “Essa luta é pelos milhares de goianos vulneráveis que não têm condições de pagar por um advogado na defesa de seus direitos. Às vezes são questões simples de se resolver, mas que pessoas carentes abrem mão por falta de acesso à justiça”, afirma Dr. Allan Montoni Joos. De acordo com o estudo do IPEA e da Anadep, dos sete milhões de goianos, mais de cinco milhões enquadram-se no perfil de atendimento da Defensoria Pública do Estado de Goiás.

Para a AGDP, a conscientização da população sobre a importância da Defensoria Pública na defesa dos direitos dos vulneráveis é a melhor forma de garantir a ampliação da DPE-GO para todas as comarcas do Estado de Goiás. “O povo goiano precisa saber que isso é um direito garantido pela Constituição Federal e que está sendo suprimido pelo poder público, seja pelo corte orçamentário destinado ao fortalecimento da Defensoria, seja pela falta de incentivo à DPE-GO. Mas estamos dispostos a abrir os olhos da sociedade para fazer valer seus direitos”, finaliza o presidente da AGDP.

Por Gabriela Dutra, da Comunicação da AGDP

Diálogo com associações da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros abre caminho para parcerias

Na tarde desta terça-feira (03/08), a AGDP participou de reunião com a DPE/GO, Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. O encontro abriu diálogo para aproximação destas carreiras e abre portas para ações conjuntas e parcerias entre as respectivas associações.

A reunião ocorreu na sede da Defensoria Pública, com a participação do defensor público-geral Domilson Rabelo da Silva Júnior, do presidente da AGDP, Allan Montoni Joos; do presidente da Associação tenente-coronel Allan Pereira Cardoso, do primeiro subdefensor público-geral Tiago Gregório Fernandes; da diretora de Comunicação da DPE-GO, Tatiane Pimentel; e dos integrantes da Associação dos Oficiais tenente-coronel José Lemos, coronel Ricardo Mendes e Adalto Pereira Neto.

Anadep e Ipea lançam 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil

A Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) lançou, no dia 3/8, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil.

O evento foi transmitido no canal da ANADEP no YouTube, e mediado pela jornalista Maria Paula de Andrade.

O lançamento contou com a participação da presidenta da ANADEP, Rivana Ricarte; da pesquisadora do Ipea e coordenadora do Mapa, Rute Imanishi; do senador Fabiano Contarato (REDE-ES); do deputado Alessandro Molon (PSB-RJ); do pesquisador do Ipea, Salvador Vianna; do coordenador de Estudos sobre Estado e Democracia do IPEA, Alexandre Cunha; e do coordenador do Atlas do Estado Brasileiro, Félix Lopes.

POR DENTRO DO MAPA:

Conforme dados do 2º Mapa, o Brasil conta hoje com 2762 comarcas, que são os locais onde juízes de primeiro grau atuam. Porém, os(as) defensores(as) públicos(as) estão presentes em apenas 42% das comarcas (1162 de 2762 comarcas). Por isso, muitas pessoas têm de recorrer a outras cidades para usufruírem deste direito. Ainda assim, a Defensoria consegue atender, anualmente, cerca de 14 milhões de pessoas que precisam do auxílio.

O Mapa revela, por exemplo, que o número de defensoras e defensores no país está bem longe do ideal estabelecido pelo Ministério da Justiça, de um(a) defensor(a) público(a) para atender a cada 15 mil pessoas em situações de vulnerabilidades.

Atualmente, há 6235 profissionais para atender toda a população brasileira que precisa de assistência jurídica gratuita, sendo necessários pelo menos 4,7 mil defensores de carreira a mais para atender a demanda existente no país. Ou seja, um aumento de 79,4% de profissionais na carreira. Por lei, já foram criadas 9 mil vagas. Mas há 3 mil cargos que não foram ocupados.

Os estados com os piores índices são Paraná, Goiás, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Norte. O estado do Paraná, por exemplo, tem 1 defensor(a) público(a) para atender a cada grupo de 84.816 pessoas. Já o Goiás tem 1 defensor(a) público(a) para atender a cada grupo de 69.788 pessoas. Logo atrás, aparecem Santa Catarina com 1 defensor(a) para cada 54.076 pessoas, São Paulo com 1 para 42.727 pessoas, e Rio Grande do Norte com 1 defensor para atender 40.871 pessoas.

APOIO DO PARLAMENTO

No início da live, o deputado Alessandro Molon, um dos autores da PEC que originou a EC 80, destacou a importância de garantir o acesso à justiça às pessoas em situações de vulnerabilidades. "É fundamental que as pessoas que não podem pagar por um advogado particular tenham a garantia da prestação desse serviço pela Defensoria Pública. Mas sabemos que essa não é uma realidade. Por isso, eu ao lado de outros dois colegas, propomos essa PEC. E eu tenho grande orgulho de ser defensor da Defensoria. Defender a Defensoria Pública no Parlamento significa, sobretudo, um sinal de compromisso àqueles a quem a Defensoria atende: os mais necessitados", frisou.

Em seguida, o senador Fabiano Contarato fez uma análise sobre o público-alvo da Instituição. Para ele, a Defensoria Pública não defende minorias, mas maiorias que são 'minorizadas'. O parlamentar também apontou o número de 14 milhões de atendimentos realizados pela DPE. "Vamos lutar por uma Defensoria Pública cada vez mais forte e atuante. E para isso, temos que valorizar esses profissionais dando uma qualificação adequada, tendo efetivo e condições. Eu não posso achar razoável que no Paraná tenha 11 milhões de habitantes e apenas 103 defensoras e defensores públicos. Enquanto isso, o número de magistrados, promotores e procuradores é muito superior", afirmou o senador.

ANADEP vê a necessidade de avanços:

A presidente da ANADEP, Rivana Ricarte, explica que o Mapa tem o intuito de contribuir com dados e evidências relevantes para a pesquisa e o planejamento da atuação institucional das Defensorias, com o objetivo de realizar melhoria constante da prestação do serviço público. “Reconhecer os dados numéricos e qualitativos do serviço público de assistência judiciária gratuita que é prestado de maneira exclusiva, conforme dispõe a Constituição Federal, pela Defensoria Pública, é importante para o fortalecimento do Estado e da Democracia”, afirma.

Conforme explica a dirigente, de 2013 até o momento, houve avanços significativos, todavia em mais da metade do país, a população vê o seu acesso à justiça prejudicado uma vez que a DPE só está presente em 42% das comarcas. "A gente comemora cada concurso feito, cada posse realizada, mas hoje verificamos que temos mais de 6235 defensoras e defensores públicos em atuação, mas esse número é muito inferior aos números das demais carreiras do sistema de justiça. O que trabalhamos, como Associação Nacional, é para que a Defensoria Pública esteja forte, fortalecida e presente em todas as comarcas do País", defende.

A pesquisadora Rute Imanishi pontuou que a expectativa do IPEA é que o estudo seja utilizado para fomentar o fortalecimento da Instituição. Em sua apresentação, ela trouxe explicações acerca da metodologia e os resultados da pesquisa. "A ideia é fazer as pessoas terem acesso aos dados e realidade, mas trazer para os gestores públicos uma análise sobre a expansão da Instituição e a aplicação de políticas públicas no que diz respeito ao acesso à justiça e defesa dos direitos humano", disse.

MAPA DIGITAL:

O 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil será atualizado periodicamente em ferramenta digital criada pelo IPEA: o portal Atlas do Estado Brasileiro. Nele, qualquer pessoa pode obter informações consolidadas e atualizadas sobre todas as Defensorias Públicas Estaduais e Distrital do Brasil.

Fonte: ANADEP

Associados da AGDP são eleitos para integrar Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

Nossos associados Philipe Arapian e Bruno Malta Borges foram eleitos, na manhã desta quarta-feira (11/08) para integrar o Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

No total, 20 membros formam o COMPIR, sendo 10 representantes da sociedade civil e outros 10 representantes do poder público.

Este conselho integra a estrutura da Secretaria Municipal para a Promoção da Igualdade Racial de Goiânia e tem por finalidade a formulação, o acompanhamento e a atualização das diretrizes e dos instrumentos das Políticas para a Igualdade Racial do Município de Goiânia, nos níveis sócio-político e culturais, na defesa e interesse dos grupos étnicos raciais historicamente discriminados, com ênfase nos afrodescendentes.

Para a atual presidente do conselho, psicóloga Cecília Maria Vieira, a participação da AGDP soma forças às outras instituições da sociedade civil no enfrentamento da luta pela efetivação de direitos já conquistados e outros direitos que precisam ser conquistados, especialmente no que diz respeito às populações negras, às populações ciganas, aos índios e aqueles que historicamente foram excluídos na sociedade brasileira. “É um momento ímpar para unirmos forças para cobrar a implementação de políticas públicas, especialmente no momento que estamos vivenciando que é de retrocesso, de questionamentos de coisas que outrora a gente acreditava que já estavam consagradas na perspectiva dos direitos, e que consequentemente estão sendo postas em xeque”, afirma a psicóloga.

Diretoria da AGDP discute estratégias de divulgação do MAPA DA DEFENSORIA PÚBLICA

A reunião da Diretoria da AGDP no dia 10/08 teve como pauta a campanha de divulgação do mapa da defensoria pública. Por meio de um planejamento estratégico de comunicação da AGDP definiu três estratégias de ação a longo prazo,que têm como público alvo a população goiana, políticos e imprensa.

Por meio das redes sociais, imprensa e outdoors distribuídos em todo Estado, nossa associação quer sensibilizar a população vulnerável sobre a importância da interiorização da Defensoria Pública do Estado de Goiás,
Em outra frente de ação, que já está em andamento, o presidente da AGDP, Dr. Allan Montoni Joos, realiza visitas periódicas a parlamentares em busca de apoio.

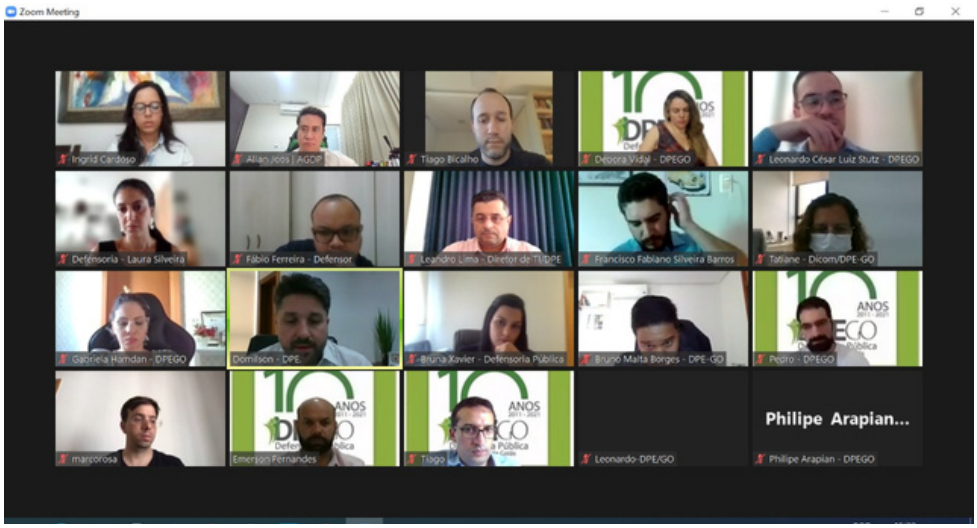
A ideia é que sejam entregues materiais impressos sobre o estudo da Anadep e IPEA nas próximas visitas. A finalidade da divulgação direcionada à classe política é sensibilizar parlamentares sobre a importância de projetos e ações no Legislativo que viabilizem a presença de defensores(as) públicos no interior goiano.

Presidente da AGDP reune-se com assessoria parlamentar para discutir reforma administrativa

A luta para impedir retrocessos para o serviço público brasileiro continua. No dia 13 de agosto o presidente da AGDP, Dr. Allan Montoni Joos, na condição de Diretor de Assuntos Legislativos da ANADEP, reuniu-se com a assessoria parlamentar do Deputado Federal Arthur Maia para dialogar sobre o tema.

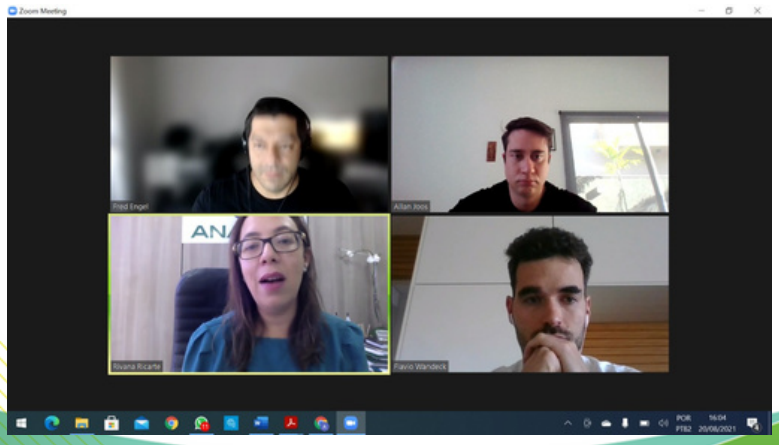
AGDP participa de reunião de Gestão com a Administração da Defensoria Pública do Estado de Goiás

AGDP participou de reunião de Gestão com a Administração da DPE-GO no último dia 13 de agosto. Na ocasião, o Defensor Público Geral, Dr. Domilson Rabelo da Silva Júnior apresentou o sistema VOIP.



Presidente da AGDP participa de reunião para discutir MP 1045

No último dia 20 de agosto, o presidente da AGDP, na condição de Diretor de Assuntos Legislativos da ANADEP, Dr. Allan Montoni Joos, participou (pela Anadep) de reunião com assessoria legislativa da Senadora Daniella Velloso. A discussão foi centralizada na MP 1045, que restringe o acesso à Justiça mediante a diminuição do valor da gratuidade da justiça.



AGDP participa de reunião com Anadep para discutir PEC que institui Teto de Gastos

Na última quinta-feira (26/08) o presidente da AGDP, na condição de Diretor de Assuntos Legislativos da ANADEP, participou de reunião com a diretoria jurídica da associação nacional. Em pauta: análise jurídica de eventual ADI em face da Emenda Constitucional que instituiu o teto de gastos.

AGDP retoma organização do próximo CONADEP

A AGDP está animada com a retomada da organização do próximo CONADEP, que será sediado em Goiânia. Na última segunda-feira (30/08), a Comissão Científica do evento se reuniu para a retomada dos trabalhos.

NOVO CONVÊNIO DA AGDP

CURSO DE SUSTENTAÇÃO ORAL NA VISÃO DO TRIBUNAL

https://www.esmeg.org.br/cursos/a-sustentacao-oral-virtual-na-visao-do-tribunal/

Investimento:
- Regular – R$349,00
- Defensores inscritos por meio da parceria: R$ 249,00

Duração do curso: 03.09.2021 à 01.10.2021 (aulas às segundas e sextas-feiras, em horários matutino, a partir das 09:00 / noturno, a partir das 19:10) - carga horária total de 25 horas, com certificado.

Formato: aulas ao vivo, virtuais.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS DE SETEMBRO

6/9: Dia Internacional pela Ação pela Igualdade da Mulher

7/9: Independência do Brasil

8/9: Dia Nacional da Alfabetização

21/9: Dia Internacional da Paz

21/9: Dia Nacional das Pessoas com Deficiência

23/9: Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

26/9: Dia Nacional da Pessoa Surda

Aniversariantes do próximo mês

É com muita alegria que celebramos esta data tão especial junto com nossos associados e associadas!

FELIZ ANIVERSÁRIO!

Salomão Rodrigues da Silva Neto 08/09

Victor Lázaro Ulhoa Florêncio de Morais 17/09

Marcelo Florêncio de Barros 18/09

Marcelo Silva Penna 29/09

Expediente:

Esta é uma publicação da Associação Goiana de Defensoras e Defensores Públicos, produzida pela AGDP

Ano 2, nº 08/2021

Jornalista responsável: Gabriela Dutra
Diagramação: Angélica Araújo Martins dos Santos Abadia
Revisão de conteúdo: Allan Montini Joos (Presidente da AGDP)

E-mail: agdppresidencia@gmail.com

Telefone: (62) 37735847

Endereço: Avenida Olinda, esquina com PL-3, nº 960, Business Tower, Setor Parque Lozandes, Goiânia-GO

Goiânia, 31 de agosto de 2021

AGDP
Associação Goiana das Defensoras e Defensores Públicos